

SOCIEDADE

Entre 24-35 anos, apenas 23% têm ensino superior

Números foram divulgados pelo ministro da Educação na reunião da SBPC. Especialistas apontam fatores para mau desempenho

» MAYARA SOUZA

O Brasil tem apenas 23% da população entre 25 e 34 anos com ensino superior. Os números levantados pelo Ministério da Educação (MEC) são muito distantes daqueles apresentados pelos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — em relação a qual o Brasil mantém a condição de associado. Para especialistas, vários são os fatores que levam a índice tão precário — que vão desde o pouco comprometimento da sociedade com questões relacionadas a educação às desigualdades que o país não consegue superar.

O baixo percentual de pessoas com idade entre 25 e 34 anos que têm ensino superior foi mencionado pelo ministro da Educação, Camilo Santana, na 75ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que se realizou esta semana, em Curitiba. Segundo ele, o MEC destinou, neste ano, R\$ 2,3 bilhões para o reajuste de bolsas de pesquisa e permanência dos alunos nas universidades — o valor estava sem correção há 10 anos. No todo, foram 238 mil bolsas de iniciação científica, graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

“Nossas universidades sofreram, nos últimos anos, com cortes orçamentários, com desrespeito às escolhas democráticas dos reitores e reitorias”, lamentou Santana, acrescentando que os alunos que pertencem a minorias receberão mais atenção do governo federal.

“Temos uma meta no planejamento do Ministério (da Educação) para que nenhum quilômetro seja negligenciado de agora em diante”, afirmou Santana, acrescentando que os alunos que pertencem a minorias receberão mais atenção do governo federal.

Conscientização

Mas não se trata apenas de uma questão de investimento governamental e, até mesmo, ideológica. Para o presidente da SBPC, o ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, a reversão de números tão ruins no ensino passa por questões mais profundas.

“Enquanto a sociedade não assumir que a educação é um bem comum e o principal fator da economia do conhecimento, teremos mão de obra pouco qualificada e mal remunerada”, sentenciou.

Janine lembra, ainda, que há os cursos superiores de baixo custo, que em nada melhoraram o nível do ensino superior do país. “Parte é um negócio, business. As empresas oferecem cursos que precisam de baixo investimento em estrutura, como direito e administração, para ter mais rendimento”, lamenta.

Catarina Santos, professora de educação da Universidade de Brasília (UnB), considera que há baixo investimento no topo e na base do ensino. Para ela, o momento atual é de “recuperar o que perdemos”, não de avanço.

“Era impossível manter um estudante com bolsa de iniciação científica, porque R\$ 400 não pagam 15 dias de almoço. Como vão desenvolver mestrado e doutorado, se dedicarem a isso? Aumentar a verba para que os estudantes possam permanecer (na universidade) ajuda muito, se junto vem também investimento em laboratórios. Não há universidade sem o tripé pesquisa-ensino-extensão”, salienta.

Rodrigo Bouyer, avaliador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), lembra que “o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) desde 2015 vem sendo reduzido, ano após ano, tanto do número de vagas, quanto em relação às instituições de ensino — que não estão mais suportando o custear o programa. E preciso fazer uma reformulação do programa para voltar a ter inclusão”.

Para Rodrigo, pesam nos números ruins do ensino superior aquilo que classifica como “desesperança no acesso” às universidades. Ele explica que se há menos bolsas, tanto de acesso quanto de permanência nas instituições, “você deixa de sonhar, passa a ser algo não tão importante”. E os principais prejudicados são os alunos egressos de escolas públicas — geralmente de baixa renda e também auto-declaradas negras, pardas e indígenas.

Luís Fortes/MEC



Dados divulgados por Santana colocam o país distante daqueles que fazem parte da OCDE, da qual o Brasil aspira passar à condição de integrante

Reitora da UnB presidirá a Andifes

Marcelo Ferrero/CE/DA Press



A reitora da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão, foi eleita, ontem, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Na disputa entre dirigentes de universidades federais, ela venceu Joana Guimarães, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), por 38 a 28 votos. Pela primeira vez, um reitor da UnB é eleito presidente da Andifes, entidade responsável por intermediar a relação das universidades, das associações dos servidores dessas instituições com o governo federal. Exercendo o segundo mandato à frente da Universidade de Brasília, Márcia é reitora desde 2016 e foi 2ª vice-presidente da Andifes entre 2021 e 2022.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Brasil Pagina: 5